



INFORMATIVO
OUTUBRO | 2019

podemos

CÂMARA

**NO DIA DO
PROFESSOR,
CÂMARA DISCUTE
ENSINO SUPERIOR
E PESQUISA
CIENTÍFICA NO
BRASIL**

Pág. 10

Deputado Federal
Bacelar (BA)

**DUPLICAÇÃO DA BELÉM-BRASÍLIA
DE GOIÁS A TOCANTINS
É UMA REALIDADE**

Pág. 3

**MARCO FELICIANO CHAMA
ATENÇÃO PARA A IMPORTÂNCIA DA
APROVAÇÃO DO PACOTE ANTICRIME
DO MINISTRO SERGIO MORO**

Pág. 5

**EM IPOJUCA, RICARDO TEOBALDO
ANUNCIA CERCA DE R\$ 9 MILHÕES
EM RECURSOS**

Pág. 12



SUMÁRIO

3 Duplicação da Belém-Brasília de Goiás a Tocantins é uma realidade

4 Na luta pelo fortalecimento da segurança pública

5 Medeiros solicita a Bolsonaro escolas agrícolas para índios produtores, em MT

6 Projeto de Renata que virou lei já mostra resultados positivos

7 Marco Feliciano chama atenção para a importância da aprovação do pacote anticrime do ministro Sérgio Moro

8 Cidadão que Vê: transparência, participação de jovens e multiplicação de informações sobre o Legislativo

10 No dia do professor, Câmara discute ensino superior e pesquisa científica no Brasil

12 Em Ipojuca, Ricardo Teobaldo anuncia cerca de R\$ 9 milhões em recursos

13 Igor Timo defende incentivos para micro e pequenas empresas

14 Comissão aprova MP que concede pensão vitalícia para crianças com síndrome congênita do Zika



DUPLICAÇÃO DA BELÉM-BRASÍLIA DE GOIÁS A TOCANTINS É UMA REALIDADE

“QUEREMOS QUE AS PESSOAS DEIXEM DE VER A BR 153 COMO ‘RODOVIA DA MORTE’ E PASSEM A ENXERGÁ-LA COMO UMA RODOVIA QUE, A PARTIR DE AGORA, LEVARÁ BENEFÍCIOS AOS CIDADÃOS E MOTORISTAS”

O deputado federal vai realizar uma audiência pública em Porangatu, junto ao ministro da infraestrutura, Tarcísio de Freitas, para anunciar a obra.

A BR-153, compreendida entre Anápolis, no estado de Goiás, até aproximadamente Araguaína, no Tocantins, será duplicada. A articulação para que a obra seja realizada é do líder do Podemos, deputado federal José Nelto, junto ao ministro da infraestrutura, Tarcísio de Freitas.

Estão previstos R\$ 7,5 bilhões de investimentos e R\$ 3,7 bilhões de custos operacionais. Entre as principais obras, estão previstas a duplicação de 623,40 km da rodovia, 22,30 km de faixas adicionais e a construção de 21 passarelas para a sociedade.

“Essa é a obra mais importante para Goiás, o norte do Estado, e para o Brasil. Essa BR é a veia artéria do país, por isso a importância de duplicar e fazer a concessão. São mais de 600 km a serem duplicados”, disse Nelto.

Além de segurança no trânsito, a duplicação da Belém-Brasília vai gerar renda, empregos e progresso para a região.

“É uma obra que vai gerar segurança para os condutores que trafegam por lá. Queremos que as pessoas deixem de ver a (BR) 153 como ‘rodovia da morte’ e passem a enxergá-la como uma rodovia que, a partir de agora, levará benefícios aos motoristas”, explica o deputado federal.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em uma audiência pública em Porangatu, no dia 01 de novembro, o deputado federal, José Nelto, e o ministro da Infraestrutura, Tarcísio de Freitas, farão o anúncio da duplicação da Belém-Brasília e posterior concessão. Essa obra envolveu esforços do governo do estado de Goiás, na figura do Governador Ronaldo Caiado, da bancada goiana em Brasília, de prefeitos e vereadores do Norte goiano, bem como do Governo do estado de Tocantins.

Uma consulta pública já está em voga com intuito de receber sugestões sobre as minutas de edital e contrato, o Programa de Exploração da Rodovia e os estudos de Viabilidade para concessão de 850,7 km da rodovia BR-153/414/080/TO/GO.

Em Tocantins, serão compreendidos os municípios de Aliança, Gurupi, Figueirópolis, Alvorada e Talismã; já em Goiás, os municípios de Assunção de Goiás, Novo Planalto, Linda Vista, Porangatu, Santa Tereza de Goiás, Estrela do Norte, Campinorte, Uruaçu, Barro Alto, São Luiz do Norte, Itapaci, Jardim Paulista, Rialcema, Sul Rialma, Rianópolis, Uruana, Goianésia, Jaraguá, São Francisco de Goiás, Pirenópolis, Dois Irmãos, Cocalzinho de Goiás, Planalmira e Anápolis.

“Essa obra é esperada há mais de 25 anos. Já foi lançada e anunciada pelo menos 5 vezes, e nada foi feito. Agora nós vamos dar a resposta para essa espera tão demorada. Queremos contar com participação de todos, é um grande momento para Goiás”, afirma o parlamentar.



NA LUTA PELO FORTALECIMENTO DA SEGURANÇA PÚBLICA

“A APROVAÇÃO EM PRIMEIRO TURNO DA PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO 372 DE 2017, REPRESENTA UMA LUTA DE MAIS DE 20 ANOS E ACRESCENTA AS POLÍCIAS PENAIS FEDERAL, ESTADUAIS E DISTRITAL DENTRO DOS SISTEMAS DE SEGURANÇA PÚBLICA TRANSFORMANDO AS CARREIRAS DE AGENTES PENITENCIÁRIOS”

O fim da noite de quarta-feira, dia 09 de outubro, ficará registrado na história dos agentes penitenciários de todo o Brasil e do deputado federal Léo Moraes (Podemos/RO). Isso porque o plenário da Câmara dos Deputados aprovou, em primeiro turno, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 372/17, do Senado, que cria as polícias penais federal, dos estados e do Distrito Federal.

A matéria, aprovada por 402 votos a 8, ainda será votada em segundo turno. Mas foi um grande avanço para a categoria, que há mais de 20 anos batalha por reconhecimento no sistema de segurança pública.

Desde o início do seu mandato, Léo Moraes se comprometeu com a categoria e trabalhou firme para colocar o assunto em pauta. O parlamentar esteve por diversas vezes com o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM/RJ), e solicitou prioridade à votação da PEC da Polícia Penal. “Agradeço ao presidente da Casa que se comprometeu conosco e honrou cada centímetro. Isso não se construiu hoje. Foram muitas reuniões para alcançarmos esta vitória”, comemorou Léo Moraes.

De acordo com o texto, o quadro será formado pela transformação dos cargos isolados ou dos cargos de carreira dos atuais agentes penitenciários ou equivalentes e também pela realização de concurso público. A votação da PEC foi comemorada nas galerias

do Plenário por agentes penitenciários de todo o País. Além da segurança dos estabelecimentos penais, a nova polícia terá outras atribuições definidas em lei específica de iniciativa do respectivo Poder Executivo e será vinculada ao órgão administrador do sistema penal da unidade federativa a que pertencer.

Para agente e presidente da Fenaspem (Federação Sindical que representa os Servidores Penitenciários de todo Brasil), Fernando Anunciação, trata-se de um grande passo para o fortalecimento do sistema penitenciário e da segurança pública do Brasil. Anunciação buscou o apoio do deputado Léo logo no início do mandato. Mais do que incentivo, os agentes penitenciários ganharam um aliado. “Agradeço a esse grande parlamentar que desde o primeiro momento comprou a nossa briga e tem se mostrado um parlamentar diferenciado”, disse o presidente.

Léo Moraes tem se destacado com ações a favor da segurança pública de Rondônia e de todo o Brasil. Ainda como deputado estadual, ele abriu discussões a respeito da lista tríplex para a escolha do diretor geral da Polícia Civil, delegacia da mulher 24 horas, promoção obrigatória por tempo de serviço para policiais civis, dentre outras. Na Câmara Federal, não tem ido diferente. O parlamentar tem alcançado grande reconhecimento por todos os agentes de segurança do país.

Apoiador da liberdade produtiva em terras indígenas, o deputado federal José Medeiros (Podemos/MT) encaminhou um ofício diretamente ao presidente da República, Jair Bolsonaro, neste mês de outubro, solicitando ao comandante do Governo Federal a implantação de escolas agrícolas em terras indígenas Xavantes e Parecis, em Mato Grosso.

De acordo com Medeiros, a política de permitir que os indígenas possam produzir em larga escala em suas propriedades deve ser acompanhada do amparo técnico que os permita alcançar independência real na expansão do cultivo. O deputado testemunha que tem acompanhado trabalhos pioneiros, como o de Campo Novo do Parecis, e notado o quanto um centro de difusão de conhecimento pode contribuir. “Tenho tido uma convivência com estas novas realidades, desde o Senado Federal, e há uma demanda também de capacitação. As escolas agrícolas seriam muito importantes neste processo, onde muitas destas etnias teriam a condição de alcançar essa ampliação de suas produções com técnicos capacitados dentro da própria tribo, em um curto espaço de tempo”, vislumbrou.

No documento endereçado ao presidente, Medeiros ressalta a vitória recente do desembargo conquistado junto da Presidência do IBAMA de uma área de 22 mil hectares de terras indígenas, pertencente aos parecis, que desde 2004 produzem soja e milho em larga escala. Um Termo de Ajustamento de Conduta – TAC, entre IBAMA, Ministério Público Federal – MPF e Fundação Nacional do Índio – Funai, destravou a situação e deu luz à questão, também pauta de outros povos, como os xavantes, que têm focado o cultivo de suas propriedades neste viés.

“O que temos tratado com o presidente é de autonomia, de fato, e isso significa dar-lhes condições de saírem da situação de miséria que a maioria dos nossos indígenas vive. Infelizmente, eles foram alvos de uma cultura assistencialista cultivada por anos nos governos anteriores, que pretendia conservá-los nessa condição de vítimas ao invés de impulsioná-los ao progresso e crescimento”, pontuou o deputado, que é vice-líder do Governo na Câmara Federal.

MEDEIROS SOLICITA A BOLSONARO ESCOLAS AGRÍCOLAS PARA ÍNDIOS PRODUTORES, EM MT

“SOLICITEI AO PRESIDENTE DA REPÚBLICA, JAIR BOLSONARO, IMPLANTAÇÃO DE ESCOLAS AGRÍCOLAS EM TERRAS INDÍGENAS XAVANTES E PARECIS, EM MATO GROSSO. DEFENDO A POLÍTICA DE PERMITIR QUE OS INDÍGENAS POSSAM PRODUZIR EM LARGA ESCALA EM SUAS PROPRIEDADES COM AMPARO TÉCNICO QUE OS PERMITA ALCANÇAR INDEPENDÊNCIA REAL NA EXPANSÃO DO CULTIVO.”





“HOJE PODEMOS COMEMORAR OS PRIMEIROS RESULTADOS NO COMBATE À IMPORTUNAÇÃO SEXUAL DESDE QUE FOI SANCIONADA A LEI 13.718, EM SETEMBRO DO ANO PASSADO, ORIGINADA A PARTIR DE UM PROJETO DE MINHA AUTORIA. SÓ NO ESTADO DE SÃO PAULO JÁ FORAM REGISTRADAS MAIS DE 3.000 DENÚNCIAS.”

PROJETO DE RENATA QUE VIROU LEI JÁ MOSTRA RESULTADOS POSITIVOS

A deputada federal Renata Abreu (Podemos/SP) comemorou os primeiros resultados no combate à importunação sexual desde que foi sancionada a Lei 13.718, em setembro do ano passado originada a partir de um projeto de sua autoria (PL 8476/2017). Só no Estado de São Paulo já foram registradas mais de 3.000 denúncias.

Dentre os crimes denunciados, 31% ocorreram em vias públicas, 26% em residências e 12% no transporte público. Antes de a lei entrar em vigor, a pena para importunação sexual se resumia ao registro de dados em boletins de ocorrência e multa. Hoje, a pena é de até 5 anos de prisão.

“Fico feliz porque se trata de mais um mecanismo legal para coibirmos a violência contra a mulher em nosso país. Acredito que esses números ainda não refletem a realidade, já que as vítimas

nem sempre denunciam o crime, por medo ou vergonha, mas, com o amparo da legislação, acredito que gradativamente mudaremos esse cenário”, afirma Renata Abreu.

Importunação sexual é caracterizada pela prática libidinoso contra alguém e sem seu consentimento, como tocar as partes íntimas da outra pessoa, esfregar a genitália, se masturbar e ejacular em alguém. O projeto de lei de Renata Abreu foi motivado por um caso no qual um homem ejaculou numa mulher dentro de um ônibus na cidade de São Paulo.

A parlamentar também elogiou outro importante passo para o combate à criminalidade feminina: a aprovação pela CCJC (Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania) da PEC 353/2017, que torna estupro um crime imprescritível. “É mais um importante passo para penalizar quem comete tamanha barbárie, que coloca o país entre as nações com os mais altos índices de estupro no mundo”, aponta a deputada.

O deputado federal e vice-líder do governo no Congresso Nacional, Pastor Marco Feliciano (Podemos/SP), chama atenção para a importância da aprovação no Congresso do pacote anticrime do ministro da Justiça e Segurança Pública, Sérgio Moro. O parlamentar destaca os números positivos que o governo, dedicado em uma de suas principais pautas - a segurança pública -, vem conquistando nos seus primeiros nove meses. Feliciano destaca também o papel essencial da sociedade no apoio ao PL anticrime por meio de manifestação nas redes sociais e no convencimento dos parlamentares.

“O presidente Bolsonaro sempre disse que priorizaria a área da segurança e cumpriu sua palavra. Logo ao assumir a presidência, colocou vinte e dois ministros que são de sua inteira confiança, entre eles, o juiz Sérgio Moro, que é o xerife do Brasil. O ministro Moro com sua técnica e competência vem realizando grandes mudanças que já reverberaram na redução de mais de 22% no número de mortes violentas em comparação ao ano anterior. O Brasil caminha para uma revolução nesta área”, ressaltou o deputado Marco Feliciano.

LANÇAMENTO DO PROGRAMA

A iniciativa do ministro Sérgio Moro para a criação de um projeto anticrime - com medidas pontuais contra a corrupção, crimes violentos e crime organizado -, surgiu da análise do cenário brasileiro dos últimos anos,

com o objetivo de aumentar a eficácia no combate ao crime organizado, ao crime violento e à corrupção, além de reduzir pontos de estrangulamento do sistema de justiça criminal.

Na primeira semana de outubro, o governo federal realizou o lançamento da campanha publicitária do pacote anticrime, que foi suspensa dias depois pelo Tribunal de Contas da União, por meio de medida cautelar a pedido dos deputados Orlando Silva (PCdoB-SP), Paulo Teixeira (PT-SP) e Marcelo Freixo (PSOL-RJ). Feliciano criticou a postura da oposição: “O Brasil não pode virar um fla-flu, e a oposição não pode apostar no quanto pior melhor. As vidas dos cidadãos brasileiros estão em risco”.

O parlamentar relata que, mesmo com tentativas de abortar um programa de benefício comum para a população, exercerá seu papel de vice-líder para unir esforços, no intuito de aprovar o pacote do ministro Moro dentro do parlamento. “Acredito na importância da unidade de apoio entre meu partido, governo e sociedade. Reitero o meu papel nesta Casa para progredirmos em assuntos de interesse do povo brasileiro, e a parceria técnica e política entre o presidente Jair Bolsonaro e o ministro Sérgio Moro. São duas excelentes cabeças que trabalham juntas e afinadas para a mudança de um Brasil melhor”, afirma Marco Feliciano.



MARCO FELICIANO CHAMA ATENÇÃO PARA A IMPORTÂNCIA DA APROVAÇÃO DO PACOTE ANTICRIME DO MINISTRO SERGIO MORO

“O MINISTRO SÉRGIO MORO COM SUA TÉCNICA E COMPETÊNCIA VEM REALIZANDO GRANDES MUDANÇAS QUE JÁ REVERBERARAM NA REDUÇÃO DE MAIS DE 22% NO NÚMERO DE MORTES VIOLENTAS EM COMPARAÇÃO AO ANO ANTERIOR. O BRASIL CAMINHA PARA UMA REVOLUÇÃO NESTA ÁREA”



CIDADÃO QUE VÊ: TRANSPARÊNCIA, PARTICIPAÇÃO DE JOVENS E MULTIPLICAÇÃO DE INFORMAÇÕES SOBRE O LEGISLATIVO

“O CIDADÃO QUE VÊ É UMA PROVOCAÇÃO, UM CONVITE QUE O PARLAMENTO, POR MEIO DA SECRETARIA DA TRANSPARÊNCIA, FAZ À SOCIEDADE, PARA QUE ELA NOS FISCALIZE”

“O Cidadão que Vê é uma provocação, um convite que o Parlamento, por meio da Secretaria da Transparência, faz à sociedade, para que ela nos fiscalize. À medida que dialogamos com as crianças, com os jovens, com os estudantes, com a comunidade, nós apresentamos as ferramentas que estão à disposição de todos, para que os cidadãos conheçam e participem de tudo o que acontece no processo legislativo, na aplicação de recursos públicos, e em todas as ações políticas que interferem diretamente na vida das pessoas”. A fala é do secretário de Transparência da Câmara dos Deputados, Roberto de Lucena, ao avaliar a implantação da ação de participação popular, cidadania e controle social Cidadão que Vê, que ocorreu em duas etapas: no dia 9/10, no Centro Cultural de Samambaia, DF, e na Câmara dos Deputados, no dia 10/10.

Apresentações culturais, dança, rap, histórias de superação e oficinas de conhecimento sobre o trabalho do Poder Legislativo, a Lei de Acesso à Informação e empreendedorismo fizeram parte do evento, que contou com a participação de estudantes do Centro de Ensino Fundamental 411, de Samambaia. A instituição foi vencedora do concurso “Transparência nas escolas é legal”, promovido pelo Ministério Público Federal e Territórios.



No segundo dia do evento, os estudantes visitaram a Câmara e o Senado, e também participaram de uma atividade de vivência, que simulou a votação de um Projeto de Lei, conduzida pelo Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento da Câmara, o CEFOR.

PROTAGONISMO E MULTIPLICAÇÃO DE INFORMAÇÕES

O Cidadão que Vê pretende envolver a comunidade e incentivar os jovens a tornarem-se multiplicadores das informações recebidas, dentro de suas famílias e grupos de convivência, a fim de que a cultura da transparência possa alcançar o maior número de pessoas possível.

A iniciativa da Secretaria da Transparência tem o objetivo de fomentar a cultura da transparência, incentivar a formação crítica dos cidadãos, principalmente do público jovem, e ampliar o diálogo entre o parlamento e a população. A proposta da Câmara é levar o Cidadão que Vê a todo o Brasil.

Rebeca Silva, de 12 anos, que foi “presidente” na atividade de simulação, disse que a experiência oferecida pela Câmara foi inesquecível. “Eu me senti importante. Foi muito bom passar um dia inteiro aqui e conhecer o trabalho dos deputados”, disse. Perguntada se quer um dia se tornar uma deputada, a menina não teve dúvida: “Quero!” Antes disso, Rebeca afirmou que vai contar para os amigos e familiares como é que funcionam as

atividades do parlamento e como as pessoas podem ter acesso às informações que estão à disposição dos cidadãos.

CÂMARA É REFERÊNCIA

A Câmara dos Deputados se consolidou como um modelo nacional e internacional a ser seguido no que se refere à Transparência. Por meio do portal institucional – camara.leg.br –, é possível acompanhar todo o processo de discussão e votação nas comissões e no Plenário, acessar dados referentes à quantidade de projetos, incluindo a receita e a despesa, e pesquisar os perfis dos parlamentares.

LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO E CONTROLE SOCIAL

A Secretaria da Transparência tem o papel de supervisionar o cumprimento da Lei de Acesso à Informação, norma que assegura o direito constitucional do acesso à informação. Além disso, o órgão promove o controle social da administração pública, propõe medidas de aprimoramento da legislação e fomenta pesquisas e estudos para o uso da tecnologia da informação.

“Não é o cidadão que existe em função do Estado. É o Estado que existe em função dos cidadãos. E as ações políticas só são efetivas quando são coerentes com as necessidades da população”, finalizou Roberto de Lucena.



“O GOVERNO FEDERAL NÃO TEM NENHUM PROJETO PARA SUPERAR AS IMENSAS DIFICULDADES DA EDUCAÇÃO. O QUE EXISTIA NO MEC, GRAÇAS A UM CORPO TÉCNICO ALTAMENTE QUALIFICADO, FOI DESTRUÍDO. PIOR, FOI CRIADA UMA CRISE COMO NUNCA ANTES VISTA E JOGADA EM DESCRÉDITO UMA DAS PASTAS MAIS IMPORTANTES DO PAÍS”

NO DIA DO PROFESSOR, CÂMARA DISCUTE ENSINO SUPERIOR E PESQUISA CIENTÍFICA NO BRASIL

No dia do professor, comemorado nesta terça-feira (15), a Câmara dos Deputados realizou a Comissão Geral em defesa das Universidades Públicas, dos Institutos Federais e do CNPq. A sessão aconteceu a pedido do deputado Bacelar, líder do Podemos na Bahia, que criticou a possível fusão entre Capes e CNPq, noticiada pela mídia recentemente. Para ele, se concretizada, a medida vai fragilizar a pesquisa científica brasileira. “Hoje é um momento de resistência para educação brasileira. As duas agências são responsáveis pelo fomento à atividade científica no país. Mas, elas possuem naturezas e funções diferentes. Elas também respondem a órgãos diferentes. Essa possível junção representa mais fragilidade”, afirmou.

O parlamentar lamentou ainda a política educacional de Bolsonaro. Para ele, a educação está sendo empurrada para o obscurantismo, e o MEC usado como objeto de ideologia do Governo. “O Governo não tem nenhum projeto para superar as imensas dificuldades da educação. O que existia no MEC, graças a um corpo técnico altamente qualificado, foi destruído. Pior, foi criada uma crise como nunca antes vista e jogada em descrédito uma das pastas mais importantes do país” pontuou.

Bacelar aproveitou a presença dos reitores das universidades públicas e institutos federais de todo país, representantes da sociedade civil, acadêmica e parlamentares, para fazer um apelo: “O campo da educação precisa estar no centro das discussões dos movimentos sociais e da oposição. Primeiro por seu óbvio papel estratégico na construção de uma nação desenvolvida e soberana, mas também porque nos dá a oportunidade de demonstrar à população quais são os verdadeiros objetivos de Bolsonaro” finalizou.



A Prefeitura de Ipojuca, no litoral sul do estado, iniciou hoje as comemorações da Semana Cívica, com eventos em todos os distritos do município. Porém os ipojuicanos têm um motivo a mais a comemorar. Durante o evento realizado na sede do município, o deputado federal Ricardo Teobaldo (Podemos) anunciou a liberação de recursos, em torno de R\$ 9 milhões, para a construção de três escolas e uma quadra. Participaram do evento, além de Teobaldo e da prefeita Célia Sales (PTB), o deputado estadual Romero Filho (PTB), vereadores e secretários municipais.

Durante o encontro, o deputado Ricardo Teobaldo destacou a importância do investimento em educação. “A cada R\$ 1 que colocamos na educação esse recurso se multiplica em diversas áreas. Estamos fazendo um grande investimento no futuro das nossas crianças e do município. Estou aqui hoje para anunciar um investimento de quase R\$9 milhões. Esses recursos serão utilizados para construção de três escolas e uma quadra coberta. Isso é resultado do nosso esforço e dedicação em Brasília”, disse Teobaldo.

Os recursos, da ordem de R\$ 8.398.097,81, foram alocados no Orçamento Geral da União e vão contemplar a construção de uma quadra coberta em Nova Camela, uma escola com 12 salas de aula na Vila do Estaleiro e mais duas outras escolas, em Nova Camela e Bela Vista.

GUARDA MUNICIPAL - A solenidade, além de marcar a abertura da Semana Cívica, contou com a primeira promoção administrativa da Guarda Municipal de Ipojuca, através da lei 1.867/17. O dispositivo garante uma gama de benefícios para a instituição, entre eles o aumento significativo do número de vagas para promoção de guardas em todas as classes; gratificação de natalidade; progressão funcional; entre outros.

EM IPOJUCA, RICARDO TEOBALDO ANUNCIA CERCA DE R\$ 9 MILHÕES EM RECURSOS

“A CADA R\$ 1 QUE COLOCAMOS NA EDUCAÇÃO, ESSE RECURSO SE MULTIPLICA EM DIVERSAS ÁREAS. ESTAMOS FAZENDO UM GRANDE INVESTIMENTO NO FUTURO DAS NOSSAS CRIANÇAS E DO MUNICÍPIO. ESTOU AQUI HOJE PARA ANUNCIAR UM INVESTIMENTO DE QUASE R\$ 9 MILHÕES. ESSES RECURSOS SERÃO UTILIZADOS PARA CONSTRUÇÃO DE TRÊS ESCOLAS E UMA QUADRA COBERTA”


O deputado federal Igor Timo (Podemos/MG) defende projeto de sua autoria que modifica a Lei 10.973, de 2 de dezembro de 2004, que dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo e estabelece diretrizes e instrumentos de apoio tecnológico a micro e pequenas empresas.

O parlamentar destaca que a matéria tem por objetivos estimular a inserção competitiva das micro e pequenas empresas no mercado regional e nacional; promover a formalização do emprego em pequenos municípios e áreas de vulnerabilidade econômica e social; propiciar a formação técnica e a qualificação para o trabalho do cidadão; apoiar sua inserção na sociedade e a conquista de um padrão de vida digno sustentável.

Igor Timo explica algumas das alterações da proposta. “As ações de apoio tecnológico, a serem

empreendidas prioritariamente pelas instituições federais de ensino profissionalizante, científico e tecnológico (IFET), contarão com aporte de recursos oriundos do Fundo de Amparo ao Trabalhador. Para fazer jus a recursos destinados exclusivamente a atividades de apoio tecnológico, as entidades interessadas deverão integrar rede de apoio tecnológico, coordenada por uma IFET. As agências de fomento deverão promover, por meio de programas específicos, ações de estímulo à inovação e de apoio tecnológico complementar nas micro e pequenas empresas, inclusive mediante extensão tecnológica realizada pelas ICT e pelas IFET.”

O projeto encontra-se em tramitação na Câmara dos Deputado e já conta com parecer pela aprovação na Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI).



IGOR TIMO DEFENDE INCENTIVOS PARA MICRO E PEQUENAS EMPRESAS

“MEU PROJETO VAI ESTIMULAR A INSERÇÃO COMPETITIVA DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS NO MERCADO REGIONAL E NACIONAL; PROMOVER A FORMALIZAÇÃO DO EMPREGO EM PEQUENOS MUNICÍPIOS E ÁREAS DE VULNERABILIDADE ECONÔMICA E SOCIAL”

COMISSÃO APROVA MP QUE CONCEDE PENSÃO VITALÍCIA PARA CRIANÇAS COM SÍNDROME CONGÊNITA DO ZIKA



A Medida Provisória 894/2019 beneficiará mais de 6 mil pessoas afetadas pelo surto do vírus

A Comissão Mista da Medida Provisória 894/2019, presidida pelo deputado federal Diego Garcia (Podemos/PR), aprovou, nesta quarta-feira (16), o parecer do relator senador Izalci Lucas (PSDB-DF). A proposta beneficiará mais de seis mil crianças com a síndrome congênita do zika vírus.

Como uma reparação às famílias que foram afetadas pelo surto de zika, que atingiu o país em 2015, o presidente Jair Bolsonaro assinou a MP para converter o atual Benefício de Prestação Continuada (BPC) para uma pensão mensal, vitalícia e intransferível, no valor de um salário mínimo, para crianças com a síndrome congênita do zika vírus, nascidas entre 1º de janeiro de 2015 e 31 de dezembro de 2019.

Diego Garcia conta que promoveu seis reuniões, entre elas três audiências públicas com a participação de especialistas, Governo Federal e mães de crianças com a síndrome congênita. “Fizemos um trabalho muito positivo na comissão, ampliando o debate e ouvindo todos os lados da situação. E agora, com a aprovação do relatório do senador Izalci, essa proposta, que já veio muito boa do Planalto, ficará ainda melhor, garantindo mais direitos para essas famílias”, destaca.

Após análise do texto, discussões na comissão e em conversas com o Ministério da Cidadania e do Ministério da Economia, o relator apresentou três

modificações no texto da MP: 1) Alteração do termo “microcefalia” para “síndrome congênita do zika vírus”. Antes, havia uma previsão de que a MP beneficiasse aproximadamente três mil crianças com microcefalia, decorrente do zika. Com a alteração, esse número praticamente dobrará para seis mil crianças com direito ao benefício; 2) Alteração do prazo de cobertura para as grávidas que tiveram as crianças com a síndrome congênita. Anteriormente, seria para as crianças nascidas de 1º de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2018. A alteração propõe a ampliação do prazo para até 31 de dezembro de 2019; 3) As mães que tiveram as crianças nascidas com a síndrome congênita do zika vírus até 31 de dezembro de 2019 terão a licença-maternidade ampliada para 180 dias, bem como o salário-maternidade para 180 dias.

Agora, a MP seguirá para apreciação no Plenário da Câmara dos Deputados e no Plenário do Senado Federal. Como a proposta original foi modificada, ela foi convertida em Projeto de Lei de Conversão, que deverá ser submetida à sanção ou veto presidencial.

“COMO PRESIDENTE DA COMISSÃO MISTA QUE ANALISOU A MEDIDA PROVISÓRIA 894 DE 2019, TRABALHAMOS PELA APROVAÇÃO DA PROPOSTA QUE BENEFICIARÁ MAIS DE SEIS MIL CRIANÇAS COM A SÍNDROME CONGÊNITA DO ZIKA VÍRUS”



As bancadas do Podemos na Câmara dos Deputados e no Senado Federal registram pesar pelo falecimento da professora Maria Cristina Hellmeister de Abreu, mãe da presidente nacional do Podemos, deputada federal Renata Abreu. Maria Cristina, paulistana nascida em 18/01/1952, faleceu no dia 26/10, e deixou um legado de altivez e competência em tudo que realizou.

EXPEDIENTE

LIDERANÇA DO PODEMOS NA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Líder do Podemos na Câmara dos Deputados:

deputado federal José Nelto (GO)

Presidente Nacional do Podemos: deputada federal Renata Abreu

Chefe de Gabinete: Fábio de Souza Oliveira

Direção Geral: Fernando Vieira

Jornalista Responsável: Alisson Esteves

Revisão geral: Gabrielle Fernandes

Colaboradores:

Danielle Soares, Danilo Oliveira, Flávio Leite, Hevandro Soares, Lola Nicolás, Mariana Torres, Marília Jardim, Izadora Resende, Maura Mosquera, Tábita Marinho, Bruno Borges, Samuel Sudré, Saulo Rolim, Thiago Bastos, Robert Alves.

Projeto gráfico:

IV5 Inteligência em Comunicação e Marketing



JUNTOS
PODEMOS